

DECLARAÇÃO DE MADRID "A Economia Social, um modelo empresarial para o futuro da União Europeia "

Madrid, 23 de maio de 2017

Existem atualmente 2 milhões de empresas de economia social na Europa, empregando mais de 14,5 milhões de pessoas, cerca de 6,5% da força de trabalho na UE-27 e 7,4% na UE a 15 ¹, e representando 8% do PIB da UE ².

Os valores comuns à economia social, como o primado das pessoas e do objeto social sobre o capital, a governança democrática e/ou participativa, o reinvestimento da maioria dos benefícios para garantir uma sustentabilidade a longo prazo da empresa, e a prestação de serviços aos seus membros e às comunidades locais, contribuem ativamente para a coesão social e, por conseguinte, para um crescimento inovador, inteligente, sustentável e inclusivo, bem como para a criação de emprego na Europa.

Estes valores comuns contribuem também para um futuro progresso económico e social, e são essenciais para alcançar os objetivos da Estratégia Europa 2020, em particular no que diz respeito à inclusão social e laboral dos grupos mais desfavorecidos e vulneráveis, tal como reconhecem as Conclusões do Conselho da EU "A promoção da economia social como motor chave do desenvolvimento económico e social na Europa" (7 de dezembro de 2015). Este documento, em conjunto com os elaborados pelo Parlamento Europeu, pela Comissão Europeia, pelo Comité Económico e Social Europeu e pelo Comité das Regiões, constitui um rico acervo para a construção de uma política europeia para a economia social, que se traduza em medidas concretas em favor do desenvolvimento.

Deve observar-se também que a economia social compartilha os valores e princípios contidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, especialmente o Objetivo 8º "Promover um crescimento económico contínuo, inclusivo e sustentável, um emprego pleno e produtivo e um trabalho decente para todos", de acordo com o parecer do Comité Económico e Social Europeu (REX472) e as conclusões da audição pública "A dimensão externa da economia social", realizada em Bruxelas a 14 de março de 2017.

¹ Fonte: Comissão Europeia (2013) «Social Economy and Social Entrepreneurship Social Europe Guide», Volume 4).

² «O futuro da economia social e das empresas que operam no setor: Um apelo à ação pelo GECES», outubro de 2016.

Os Estados-Membros e as instituições europeias têm consciência da dimensão da economia social e manifestaram o seu compromisso com o sector na Estratégia de Roma "Libertar o potencial da economia social para o crescimento da UE" (18 de novembro de 2014). Mostraram esse mesmo compromisso ao adotarem as recomendações contidas no Relatório Geral 2016 do GECES " O futuro da economia social e das empresas que operam no setor".

Neste contexto, a Declaração do Luxemburgo "Um roteiro para um ecossistema mais amplo para as empresas de economia social "(4 de dezembro de 2015) é um marco, já que representa o acordo entre Luxemburgo, França, Itália, Eslováquia, Eslovénia e Espanha na promoção de políticas de economia social assentes em valores comuns.

Estes esforços prosseguiram com a Declaração de Bratislava "A economia social como ator chave na provisão de respostas eficazes aos atuais desafios sociais na UE e no mundo" (1 de Dezembro de 2016), assinada pelos referidos Estados-Membros, mais Chipre, Roménia, República Checa e Grécia.

A Declaração de Ljubljana (25 de abril de 2017) tem por objetivo fortalecer a cooperação entre a UE e o sudeste europeu. Apoia a criação de uma rede de organizações de economia social a nível regional e estabelece que a União Europeia e os países da Europa do Sudeste devem tomar medidas adequadas para criar um ecossistema para empresas de economia social no processo de abordagem dos desafios emergentes relativos à imigração e aos refugiados.

Por conseguinte, tendo em conta as declarações anteriores, nós os Estados-Membros signatários:

- Reafirmamos o nosso apoio às recomendações contidas nas anteriores Declarações sobre o entendimento comum e o apoio às diversas formas da economia social, sobre a necessidade de ter em conta e promover as particularidades das empresas da economia social no mercado único, sobre a importância de incluir e apoiar as empresas da economia social através de programas, projetos e fundos, e no desenvolvimento inovador e sustentável de um ecossistema financeiro adequado.
- Enfatizamos a importância de desenvolver e implementar contas satélite, seguindo os modelos internacionais comumente aceites, a fim de determinar e tornar visível o contributo efetivo das empresas de economia social para o crescimento económico e a coesão social na União Europeia.



- **Concordarmos que as políticas nacionais e europeias de apoio ao empreendedorismo devem ter em conta os modelos da economia social como fórmula para a criação de emprego inclusivo e para uma sociedade mais justa, mais equitativa e sustentável.**
- **Creemos que se deve fomentar a participação da economia social nas atividades educativas, formativas e de capacitação profissional que visem a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida, e que se deve estudar a possibilidade de promover e incluir o modelo de empreender assente na economia social nos currículos dos diferentes planos de estudo nas diferentes etapas educativas.**
- **Expressamos o desejo de promover mecanismos comuns de coordenação de alto nível para as políticas e medidas em favor da economia social e aprofundar os mecanismos já existentes entre os Estados-Membros, tanto bilaterais (por exemplo, a colaboração ibérica entre Portugal e Espanha), como multilaterais (por exemplo, o Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo), bem como com países não pertencentes à EU (como a colaboração regional com os países do Sudeste Europeu ou com países ibero-americanos e do sul do Mediterrâneo). Tudo isto com o objetivo de promover e desenvolver as empresas da economia social nas políticas da União Europeia relacionadas com a internacionalização das empresas de economia social, a cooperação internacional para o desenvolvimento e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.**
- **Solicitamos à Comissão Europeia que inclua no seu plano de trabalho para 2018 um Plano de Ação Europeu 2018-2020, devidamente financiado, que promova as empresas de economia social na Europa e fomente a inovação social. Este plano de ação deveria abordar o desenvolvimento económico e social e a coesão social de todos os cidadãos, com especial ênfase nos grupos desfavorecidos e vulneráveis, e deveria incluir – através de ações específicas sistemáticas - todos os atores que operam na economia social.**
- **Convidamos a Comissão Europeia a reforçar o papel da economia social e os seus valores económicos e sociais, tendo em conta os princípios incluídos no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e o contributo positivo das empresas de economia social na hora de enfrentar os atuais desafios sociais e do mercado de trabalho da UE, em linha com o Livro Branco sobre o Futuro da Europa (COM (2017) 2025, de 1 de março de 2017).**

Assinada por:

Espanha, Luxemburgo, Portugal, Grécia, Itália, Roménia, Eslovénia, Malta, Bulgária, Suécia e Chipre.